

Ministérios têm até terça para contestar o orçamento

Os ministérios públicos e as unidades da administração direta têm até terça-feira, às 15h00, para examinar as propostas orçamentárias de suas respectivas pastas para 1989, com os cortes promovidos pelos técnicos da Secretaria de Planejamento da Presidência da República. O secretário de Orçamento e Finanças da Seplan, José Ribas Neto, garantiu que os ministérios poderão questionar os cortes propostos nas rubricas de "outros custeios" e "despesas de capital", mas não poderão ultrapassar os limites determinados e tampouco reativar projetos extintos em função da transferência de recursos da União para os Estados, com a nova Constituição.

Os técnicos da secretaria de Orçamento e Finanças começaram a entregar as propostas aos ministérios e unidades de administração direta sexta-feira à noite, trabalharão durante todo o dia de ontem, e deverão continuar hoje, explicando os cortes realizados. José Ribas Neto disse que foram reduzidos recursos apenas da rubrica "outros custeios" e "despesas de capital", porque a Seplan já havia conversado com os representantes dos ministérios sobre os gastos com pessoal, dívida interna e externa. Como nessas três áreas, praticamente, não pode haver nenhum corte, o Governo reduziu recursos nas rubricas onde estão projetos vinculados a

operação desmonte.

O secretário de Orçamento e Finanças não adiantou nenhum número sobre o total de corte no Orçamento Geral da União para 1989, mas o ministro do Planejamento, João Batista de Abreu disse que esse valor está definido — Cz\$ 1,3 trilhão. O orçamento foi feito obedecendo a Constituição atual, mas seguindo também o perfil da nova. Em função disso, o Governo remeteu para a "reserva de recursos", as verbas que hoje ainda lhe pertencem e que terão que ser repassadas para os Estados no ano que vem, conforme a nova Carta.

Perdas

O Orçamento Geral da União para o ano que vem foi realizado considerando principalmente a nova partilha de tributos definidos pela Assembléia Nacional Constituinte. José Ribas Neto disse que a perda da receita tributária da União com a nova Constituição deverá ficar em 1% do Produto Interno Bruto (PIB).

Apesar dos cortes propostos pela Seplan, será mantido o programa de penitenciárias do Ministério da Justiça, responsável pelo consumo de 60% do total das verbas da pasta e que gastou neste ano Cz\$ 4 bilhões. Técnicos da Seplan disseram que ao elaborar a proposta orçamentária procuraram preservar a Polícia Federal, em função da sua importância e de programas

prioritários, como o de combate ao tráfico de drogas. Apesar da insatisfação que a redução de recursos deverá causar em muitas pastas, o secretário de Orçamento e Finanças não acredita em conflitos, e reafirmou que a versão final do orçamento estará concluída até 31 de agosto, para ser enviada ao Congresso Nacional.

Dificuldades

Privatizar a Eletrobrás, que em 1973 tinha uma dívida de US\$ 3 bilhões e que hoje já chega a US\$ 27 bilhões, ou um quarto do total da dívida externa brasileira, é uma tarefa praticamente impossível. A constatação é do ex-ministro das Minas e Energia, Antônio Dias Leite, em conferência feita na Câmara Americana de Comércio, no Rio de Janeiro.

Ele explicou que a contenção das tarifas públicas por alguns ministros da Fazenda para diminuir um ou dois pontos percentuais na inflação, "causou danos e comprometeu o equilíbrio de suas contas. Estas empresas com as tarifas defasadas, foram obrigadas, por falta de rentabilidade interna, a recorrer a recursos externos. E o que existe hoje, principalmente no setor energético, é um serviço precário".

A precariedade dos serviços se estende também para o setor rodoviário e de telecomunicações, disse o ex-ministro. Para ele, alguns se-

tores poderiam ser privatizados.

Alternativas

Um das alternativas para o Brasil enfrentar a década de 90, segundo o ex-ministro Antônio Dias Leite, é modernizar, investir e tornar eficientes os serviços de infraestrutura. "No caso específico da Eletrobrás, creio que após o fechamento das negociações da dívida externa brasileira, deveria haver uma negociação somente com a Eletrobrás e seus credores".

O professor Walter de Góes, da UnB (Universidade de Brasília) ao analisar o Brasil nos anos 90, disse que "de imediato a nova Constituição em fase final de elaboração, poderá trazer obstáculos para o funcionamento da economia devido a ausência de leis complementares que são exigidas pelo texto constitucional, e que às vezes demoram um pouco para serem elaboradas".

"Mas o texto constitucional nascente dá condições favoráveis ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Muitas coisas ficam no plano do sonho e não no da realidade. A participação dos empregados nos lucros das empresas vem de outras constituições. Foi aprovado agora, e não se sabe se, finalmente, acontecerá na prática", disse Góes. Um dos pontos positivos da nova Constituição ressaltados por Walter de Góes é a descentralização.